

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.274.447 - SC (2018/0078857-0)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : OI S.A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : EVERALDO LUÍS RESTANHO E OUTRO(S) - SC009195
MARCOS ANDREY DE SOUSA - SC009180
AGRAVADO : ALESSANDRO ROGER MADEIRA
AGRAVADO : EROTIDIO ANDRADE DA COSTA
AGRAVADO : MARCOS SILVEIRA BITENCOURT
ADVOGADO : FERNANDO NIEHUES BASCHIROTTTO - SC017538

EMENTA

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STJ. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. COISA JULGADA. COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

1. Cumprimento de sentença.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por OI S. A. - EM RECUPERACAO JUDICIAL, contra decisão que negou seguimento a recurso especial fundamentado na alínea "a" do permissivo constitucional.

Agravo em recurso especial interposto em: 11/12/2017.

Concluso ao gabinete em: 13/04/2018.

Ação: impugnação ao cumprimento de sentença proposta pela BRASIL TELECOM S/A, em ação de integralização de ações.

Decisão interlocutória: rejeitou a impugnação ao cumprimento de sentença.

Acórdão: deu parcial provimento ao agravo de instrumento interposto pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - CUMPRIMENTO DE t.

SENTENÇA - DECISÃO QUE ACOLHEU EM PARTE A IMPUGNAÇÃO DA EMPRESA DE TELEFONIA - RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO REGRAMENTO

PROCESSUAL DE 1973.

VALOR PATRIMONIAL DA AÇÃO - ENTENDIMENTO CONSOLIDADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - MOMENTO DA INTEGRALIZAÇÃO DO CAPITAL - CONTRATO N. 0053912106 - TÍTULOS ACIONÁRIOS DA TELEBRÁS - BALANCETE TRIMESTRAL - MUDANÇA DE ENTENDIMENTO DESTES ÓRGÃO FRACIONÁRIO, ACOMPANHANDO O POSICIONAMENTO DAS DEMAIS CÂMARAS DE DIREITO COMERCIAL - ALINHAMENTO JURISPRUDENCIAL RECOMENDADO PELO ART. 926 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - ADOÇÃO DA TESE DE QUE, NOS MESES EM QUE NÃO HAVIA DIVULGAÇÃO DE BALANCETES, DEVE SER CONSIDERADO PARA O COMPUTO DO NÚMERO DE AÇÕES A SEREM SUBSCRITAS O ÚLTIMO VPA DIVULGADO (VIGENTE) - RECLAMO INACOLHIDO NO PONTO.

O Superior Tribunal de Justiça firmou posicionamento no sentido de que o valor patrimonial do título acionário deve ser fixado na oportunidade da integralização, esta assim entendida como a data do pagamento da quantia pactuada, com base no respectivo balancete mensal aprovado. - Nas hipóteses em que as ações foram emitidas pela Telebrás, não há falar em balancetes mensais, porquanto a companhia elaborava e divulgava apenas balancetes trimestrais.

Acompanhando o entendimento das demais Câmaras de Direito Comercial desta Corte, passa-se a entender que a apuração do montante devido deve considerar o VPA calculado no mês da assinatura do pacto ou, em se tratando de mês em que não havia divulgação de balancete, o ó parâmetro vigente até então. Assim, para as lides em que os consumidores receberam títulos acionários da Telebrás, compreende-se que o valor patrimonial da ação valia para o mês em que era calculado e para os dois anteriores.

No caso concreto, tendo em vista que a integralização ocorreu em 21/10/1993, deve ser utilizado para o cálculo do "quantum" devido o VPA apurado em setembro daquele ano.

FORMA DE CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO - OBSERVÂNCIA, NO QUE APLICÁVEL, DO DISPOSTO NO RESP 1.387.249/SC, APRECIADO PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ACORDO COM O RITO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC/1973 - IMPERIOSA APLICAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES ACIONARIAS PERTINENTES A COMPANHIA EMISSORA DAS AÇÕES, ASSIM COMO DA COTAÇÃO DOS TÍTULOS EMITIDOS PELA TELEBRÁS E DOS DIVIDENDOS DISTRIBUÍDOS POR ESTA - INSURGÊNCIA ALBERGADA NESSE ASPECTO.

No tocante à forma de cálculo da indenização devida, deve-se seguir o método registrado no julgamento do REsp 1387249/SC, de Relatoria do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino,

publicado no DJe de 10/03/2014, com base na fórmula matemática lá expressa.

Destarte, reputam-se incorretos os cálculos elaborados á pelos exequentes acerca do contrato n. 0053912106, na 3 medida em que aplicaram transformações acionárias da Telesc S/A a títulos emitidos pela Telebrás. Da mesma forma, o cálculo dos dividendos deve ser feito com base naqueles distribuídos pela companhia emissora dos títulos acionários, assim como a cotação acionária a ser ó observada é a pertinente a quem emitiu os papéis.

DOBRA ACIONÁRIA. EXISTÊNCIA DE CONDENAÇÃO ESPECÍFICA NA FASE DE CONHECIMENTO - DIREITO RECONHECIDO, CONTUDO, RESTRITAMENTE AOS ACIONISTAS DETENTORES DE AÇÕES DA TELESC S/A NA ÉPOCA DA CISÃO - INVIABILIDADE DE INCLUSÃO DOS TÍTULOS ACIONÁRIOS DE TELEFONIA MÓVEL, NO CASO CONCRETO, AO ACIONISTA DA TELEBRÁS - PROVIMENTO DO RECLAMO NA PARCELA.

"É necessário que, na ação de conhecimento, tenha havido reconhecimento expresse ao direito à dobra acionária (telefonía móvel), não cabendo, no cumprimento de ó sentença, tal inclusão na memória de cálculo em razão da É coisa julgada ter-se realizado sobre o direito da complementação acionária da telefonía fixa." (AgRg no AREsp 550.519/SC, Rel. Min. Moura Ribeiro, j. em 11/11/2014, DJe 25/11/2014).

Na espécie, o "decisum" transitado em julgado estabeleceu que apenas os detentores de ações da Telesc S/A à época da cisão teriam direito ao recebimento de ações da nova companhia. Por conseguinte, aqueles que possuíam somente títulos acionários da Telebrás não se encontram abrangidos no espectro da condenação.

EXEQUENTES PROPRIETÁRIOS DE AÇÕES DA TELESC - ABATIMENTO, NA APURAÇÃO DA DOBRA ACIONÁRIA, DOS TÍTULOS ACIONÁRIOS JÁ RECEBIDOS - TESE REFUTADA - RECORRENTE QUE NÃO DEMONSTROU TER EMITIDO QUALQUER TITULO DA TELESC CELULAR S/A EM NOME DOS CREDORES - INDENIZAÇÃO INTEGRAL.

Não tendo a decisão exequenda se restringido a ordenar a subscrição de ações de telefonía móvel em quantidade correspondente à diferença entre o número de títulos que deveriam ter sido emitidos originalmente e os que efetivamente o foram, é cabível a indenização do número integral de papéis da Telesc Celular S/A devidos, quando não demonstrado pela companhia que os exequentes já tenham recebido quaisquer ações em decorrência da cisão.

AUSÊNCIA DE MEMÓRIA DISCRIMINADA DOS DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO - CONVERSÃO DAS AÇÕES DE TELEFONIA MÓVEL - AMORTIZAÇÃO DO DEPÓSITO - ALEGAÇÕES CONCERNENTES AOS CÁLCULOS ELABORADOS PELO CONTADOR JUDICIAL - DECISÃO AGRAVADA, TODAVIA,

QUE DESCONSIDEROU EXPRESSAMENTE A APURAÇÃO REALIZADA PELO AUXILIAR DO JUÍZO - AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL - IRRESIGNAÇÃO NÃO CONHECIDA NA TEMÁTICA.

Constitui-se o interesse recursal pressuposto geral de admissibilidade de todo recurso, de maneira que, para á requerer a reforma da sentença, deve a agravante demonstrar o prejuízo advindo da manutenção judicial a atacada.

Tendo o Magistrado "a quo" desconsiderado de maneira o expressa a apuração promovida pelo contador do juízo, as É teses recursais que atacam aspectos específicos do cálculo elaborado pelo auxiliar do juízo não merecem ser conhecidas, por ausência de interesse. (e-STJ fls. 74/77)

Recurso especial: alega violação dos arts. 141, 492 e 503 do CPC/15. Sustenta que o acórdão recorrido viola a coisa julgada, devendo o cumprimento de sentença se adequar à decisão transitada em julgado, adotando-se, o cálculo da recorrente.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

- **Julgamento:** aplicação do CPC/2015.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 141, 492 e 503 do CPC/15, indicados como violados, não tendo a agravante oposto embargos de declaração com vistas a suprir eventual omissão perpetrada pelo Tribunal de origem.

Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo e, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15, NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos

arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 02 de abril de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

